

Nome	Data de nascimento
Radilene Paz da Silva .....	14-5-1963
Clegio Cerqueira Gomes .....	20-3-1976
Claudia Andréa de Assis Ribeiro .....	15-12-1971
Ticiane Feitosa Teixeira .....	2-5-1991
Antônia Elda Feitosa Teixeira .....	16-11-1964

Lisboa, 17 de Novembro de 2010. — Pelo Director-Geral, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, Inspectora Superior, Chefe de Departamento de Nacionalidade.

203959681

**Despacho n.º 17732/2010****Lista n.º 75/10**

Por despacho da Secretária de Estado da Administração Interna de 12 de Novembro de 2010, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Geraldo Domingos da Silva .....	21-9-1963
Maria Leite da Silva Oliveira .....	26-1-1976
Wesley Miranda de Oliveira .....	4-9-1978
Arthur Barroso Moreira .....	11-6-1967
Octacilio Felicio Junior .....	27-3-1961
Constância Pereira Nery .....	23-6-1936
Camylla Santos de Oliveira .....	20-10-1990
Romeu de Souza Roriz .....	13-7-1987
José Cassio Mello .....	31-7-1930
Guilherme Teodoro Buest Neto .....	19-6-1976
Terezinha Perpétua Pacifico .....	4-10-1956
Jonas Costa Maia .....	2-2-1970
Dulcineia Patrocínio Campos .....	2-10-1969
Sebastião Teodoro da Silva .....	28-12-1957

Lisboa, 17 de Novembro de 2010. — Pelo Director Nacional, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, Inspectora Superior, Chefe de Departamento de Nacionalidade.

203959949

**Despacho n.º 17733/2010****Lista n.º 74/10**

Por despacho da Secretária de Estado da Administração Interna de 12 de Novembro de 2010, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Frederico José Rodrigues Tristao .....	10-8-1982
Ellem Flávia Alves Nunes Pereira .....	5-9-1986
Pablo Nunes Ferreira .....	9-10-1981
Marcelo Dante Pereira .....	7-1-1986
Ana Paula Raupp Pereira .....	7-2-1968
Maria Celia Munhos Camara da Silva .....	3-12-1962
Carlos Henrique de Oliveira .....	31-10-1966
Cristina Macêdo Bispo Valadão .....	1-7-1982
Jedial Leonardo da Assunção .....	24-10-1979
Patricia Alves Rodrigues .....	20-2-1980
Rosana Silva dos Santos .....	16-6-1981

Nome	Data de nascimento
Elizabete Gomes da Silva .....	12-12-1969
Wendel Carvalho Dalvi .....	27-2-1976

Lisboa, 17 de Novembro de 2010. — Pelo Director Nacional, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, Inspectora Superior, Chefe de Departamento de Nacionalidade.

203959795

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral da Administração da Justiça****Despacho (extracto) n.º 17734/2010**

Por despacho do Director-Geral da Administração da Justiça de 20 de Outubro de 2010:

Amílcar Jorge Matos Loureiro Duarte, escrivão-adjunto do 3.º Juízo Criminal de Lisboa — nomeado em comissão de serviço para exercer funções como Secretário de Inspeção do Conselho dos Oficiais de Justiça, ao abrigo do artigo 122.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Dec. Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos a 22.10.2010.

Lisboa, 28 de Outubro de 2010. — A Directora de Serviços (*Helena de Almeida*).

203958109

**Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.****Departamento de Administração Geral****Aviso n.º 24465/2010**

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para ocupação de nove postos de trabalho na categoria de especialista superior de 2.ª classe de medicina legal, da carreira não revista de especialista superior de medicina legal do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.), aberto pelo aviso n.º 17485/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 07/10/2009, homologada por deliberação do Conselho Directivo do INML, I. P., em sessão de 16 de Novembro de 2010, se encontra afixada na sede do Instituto, Largo da Sé Nova 3000-213 Coimbra, e no respectivo site [www.inml.mj.pt](http://www.inml.mj.pt)

Mais se informa que, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 43.º e da alínea *b*) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 204/08, de 11 de Julho, do acto de homologação da lista de classificação final cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor para o Secretário de Estado da Justiça, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

Coimbra, 16 de Novembro de 2010. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

203959802

**Deliberação n.º 2193/2010**

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 28 de Outubro de 2010:

Na sequência da homologação da lista de classificação final do concurso interno de acesso geral para preenchimento de três postos de trabalho na categoria de técnico especialista de análises clínicas e saúde pública, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, escalão 1, índice 175, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.565,88 €, do mapa de pessoal do INML, I. P., aberto pelo aviso n.º 21858/2009, publicado no DR, 2.ª série, n.º 235, de 4 de Dezembro, torna-se público que se procedeu, ao abrigo do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com

produção de efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010, com os seguintes trabalhadores:

Bach. Olinda Luciana Lopes Ferreira Cunha, à remuneração base supra mencionada acresce o valor de 579,38€ enquanto a trabalhadora prestar actividade em regime de horário acrescido, nos termos previstos para a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica;

Lic. Pedro Nuno Portela Moreira, à remuneração base supra mencionada acresce o valor de 579,38€ enquanto o trabalhador prestar actividade em regime de horário acrescido, nos termos previstos para a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica;

Bach. Paula Susana Lopes Matos.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

15 de Novembro de 2010. — O director do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

203959884

## Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

### Aviso n.º 24466/2010

#### Cessação do procedimento concursal

Em cumprimento dos n.ºs 1 e 2 do Despacho n.º 15248-A/2010, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 7 de Outubro, torna-se público que, por despacho de 16 de Novembro de 2010 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, foi determinada a cessação do procedimento concursal para recrutamento de 3 técnicos de informática de grau 2, nível 1, aberto pelo Aviso n.º 14500/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 22 de Julho de 2010 e publicitado na Bolsa de Emprego Público em 23 de Julho de 2010.

Lisboa, 16 de Novembro de 2010. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Álvaro Pires*.

203958563

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Autoridade Florestal Nacional

#### Despacho n.º 17735/2010

Por requerimento dirigido ao Presidente da Autoridade Florestal Nacional, um grupo de proprietários e produtores florestais, constituído para o efeito em Núcleo Fundador, ao abrigo do disposto nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, veio apresentar um pedido de criação de uma zona de intervenção florestal abrangendo vários prédios rústicos de freguesias do município de Carregal do Sal.

Foram cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, que estabelece o regime de criação das ZIF, pelo que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º daquele diploma legal:

1.º É criada da Zona de Intervenção Florestal Planalto Beirão-Carregal do Sal (ZIF n.º 129, processo n.º 219/09-AFN), com a área de 6203,56 ha, cujos limites constam da planta anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Currelos, Sobral de Papízios, Papízios, Oliveira do Conde, Cabanas de Viriato e Beijós, do concelho de Carregal do Sal.

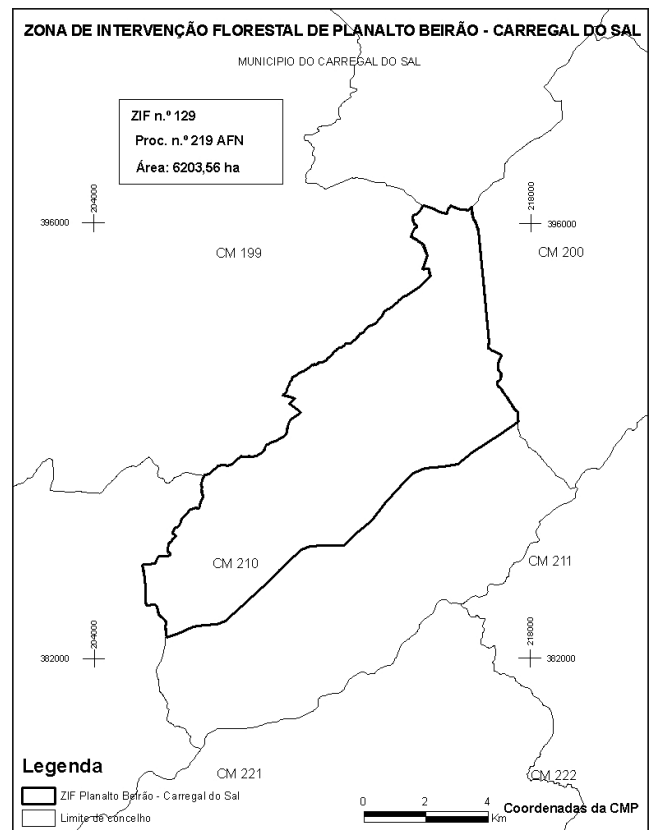
2.º A gestão da Zona de Intervenção Florestal Planalto Beirão-Carregal do Sal é assegurada pela Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão, com o NIF 506285367, com sede na Rua António Augusto Magalhães, n.º 14, 3430-009 Carregal do Sal.

3.º O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Autoridade Florestal Nacional, Lisboa, 8 de Outubro de 2010. — A Vice-presidente da Autoridade Florestal Nacional, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

### ANEXO

(mapa a que se refere o n.º 1 do presente despacho)



203960052

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

#### Declaração de rectificação n.º 2421/2010

Pelo despacho n.º 16506/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 29 de Outubro de 2010, foi declarada a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação das áreas necessárias à construção da obra de subconcessão Baixo Tejo — IC 32 — Casas Velhas/Palhais — trecho 2 — Lazarim/Palhais — alteração Junho de 2010, materializadas nas plantas parcelares LP-E-202-13-01a e 02a.ª

Tendo sido publicadas indevidamente as plantas parcelares e os mapas de áreas correspondentes ao referido despacho, venho nos termos e para os efeitos do artigo 148.º do CPA proceder à respectiva rectificação.

17 de Novembro de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.